

O triunfo do "rouba-monte"

"But you know the nature of human desire. They will rip each others apart, like rats in a sack" (Amenadiel "The Morningstar Option")

O crescimento um pouco mais forte esperado para 2018 ainda não se materializou e provavelmente não o fará. Muitos, eu inclusive, esperavam, à luz do desempenho mais forte da economia no final do ano passado quando a produção industrial e vendas no varejo aceleraram, que o impulso provindo da queda da taxa real de juros, possível graças à forte queda da inflação, finalmente levasse o PIB a crescer entre 2,5% a 3,0%.

O que sabemos hoje, seis meses depois, é que o crescimento no começo de 2018, embora positivo, foi ainda fraco. **Além disto, a greve (na falta de melhor palavra) dos caminhoneiros no final de maio afetou severamente as cadeias de oferta naquele período, com efeitos que se espalharam ao longo da economia, comprometendo em boa medida também o segundo trimestre.**

Concretamente, a inflação de junho foi muito alta, reflexo da elevação de preços de combustíveis e alimentos. Da mesma forma, a interrupção dos fluxos de oferta sugerem que a atividade econômica entre o final de maio e começo de junho tenha despencado. Estes efeitos foram provavelmente temporários: a normalização da oferta já fez cair os preços que haviam subido naquele momento e há bons motivos para crer que a recomposição dos estoques deva compensar em alguma medida a parada súbita da atividade.

Poderiam, assim, custar alguma fração de crescimento do PIB para este ano e não muito mais do que isto, ou seja, se o problema fosse este, poderíamos descansar sossegados e nos concentrar no que realmente importa, como a Copa do Mundo.

Não se trata, infelizmente, do caso. Em parte porque há outras fontes de conflito que podem se manifestar mesmo bem depois dos eventos de maio. Por exemplo, segue a bizantina discussão sobre a tabela de frete a que a administração, refletindo sua imensa vulnerabilidade política, se submeteu, cujas consequências em termos de paralisia de decisões, sugerem efeitos de duração mais persistente do que a greve propriamente dita.

E há também impactos que, para simplificar, foram rotulados como efeitos da "perda de confiança" sobre economia. Confesso que nunca gostei deste rótulo, mesmo em outras circunstâncias, pois acredito que mais obscurece do que ilumina o fenômeno em questão. **É essa "perda de confiança" que me parece ser o mais relevante para explicar o baixo dinamismo econômico, mesmo na saída de uma das recessões mais graves dos últimos 38 anos.**

Temos insistido aqui na necessidade de reforma fiscal. Para ser sincero, é difícil ser mais óbvio do que isto: **mesmo candidatos cujas ideias beiram o delírio (do lado do delírio, para deixar claro) dizem ser a favor da reforma fiscal.** O problema é que reforma fiscal não quer dizer muito senão explicitada em certo grau de detalhe. Da forma como o a entendo significa, por um lado, a redução do gasto público relativamente ao PIB; por outro, implica maior flexibilidade da administração deste gasto, já que, no caso do governo federal, se estima hoje que a margem de manobra das despesas públicas equivalha a menos de 10% do total do dispêndio.

Na prática isto requer não apenas uma reforma ousada da Previdência, mas também redução substancial das vinculações orçamentárias, que hoje forcem o Tesouro Nacional a gastar mais de 100% de sua receita líquida apenas com as despesas ditas obrigatórias.

Temos insistido também na necessidade de uma agenda reformista que, para além da questão fiscal, trate também de questões ligadas ao baixo desempenho da produtividade no país: abertura comercial, aumento da competição, reforma tributária, eliminação de subsídios e incentivos fiscais concedidos sem critério, para mencionar apenas alguns dos itens desta gigantesca agenda.

Posto de outra forma, **não vejo, fora de uma proposta de transição para um regime capitalista de mercado (que, ao menos da forma como entendo, pode conviver – e bem! – com uma rede de proteção social), a possibilidade de retomarmos o crescimento vigoroso e inclusivo.**

Todavia, se me pareciam baixas as chances de o país optar por um regime sob esta orientação geral nas eleições deste ano, depois do movimento dos caminhoneiros, elas parecem ter se reduzido ainda mais. Nem tanto pelos efeitos sobre crescimento e emprego, mas porque refletem o que acredito ser uma visão profundamente patrimonialista arraizada na sociedade brasileira.

Usando aqui meu chapéu de sociólogo amador (depois de muito usar o de cientista político de fim de semana), o apoio da maioria da população às demandas corporativas dos caminhoneiros (que, diga-se de passagem, são prejudiciais às mesmas pessoas que viram o movimento de maneira positiva) sugere uma sociedade que vê como normal, quando não desejável, tentativas de determinados grupos de extrair para si vantagens. Não porque gostem de ser explorados, é claro, mas porque acreditam que também terão sua hora e vez de participar do jogo de "rouba-monte" que caracteriza o capitalismo de compadres no Brasil.



A população não saiu às ruas em 2013 em busca de mais capitalismo, mas em busca de mais privilégios: à época eram tarifas menores de transportes públicos; agora gasolina barata...

Não me resta dúvida de que há um divórcio escancarado entre o mundo político e a economia. Não sou tão seguro em afirmar que há esta mesma distância entre o mundo político (em que pesem seus muitos privilégios e seu comportamento amoral) e a sociedade brasileira. Com todas (e não são poucas) as distorções existentes, ousaria dizer que o mundo político reflete

muito mais nossa sociedade do que gostaríamos de admitir.

Se isto for verdade (e gostaria, confesso, de estar equivocado), **as chances de um projeto reformista ser aprovado nas urnas em 2018 aparentam ser microscópicas.** Não é apenas a falta de "carisma" dos representantes desta agenda, mas sim uma falta de sincronia de crenças. **A população não quer menos estado; quer mais e não quer saber se a soma das demandas sociais cabe (ou não) no orçamento.**

Neste contexto, **os riscos de saídas populistas são enormes, maiores do que em qualquer momentos dos últimos 24 anos, período em que comemoramos também o êxito do Plano Real em nos tirar da hiperinflação.**

Não deveríamos, portanto, estranhar a recuperação tímida dos investimentos. Quem, em sã consciência, embarcaria em projetos ousados a esta altura, sem saber qual a orientação de política que guiará o país a partir de janeiro de 2019? Ou, pior, sabendo com certo grau de certeza que dificilmente faremos o certo...

A greve iluminou o conflito distributivo brasileiro e desnudou uma política economicamente disfuncional porque reflete uma sociedade também disfuncional.

¹ Graduado em Administração pela FGV-SP, mestrado em Economia pela USP, doutorado em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Em 2003, Schwartzman sucedeu a Beny Parnes na Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, onde permaneceu até 2006. Entre 2006 e 2008, foi economista-chefe para a América Latina do ABN Amro Bank, e de 2008 à 2011 ocupou o mesmo cargo no Grupo Santander Brasil. Atualmente, além de ser sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica, escreve a coluna semanal Opinião Econômica para a Folha de S. Paulo, além de ser professor do Insper.